

A ATUAÇÃO DO NOVO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

INFORMATIVO DE 2021 PRODUZIDO PELA BANCADA NA AL/RS



NESTA EDIÇÃO

VOCÊ IRÁ ACOMPANHAR:

- 3** *Liberdade, fiscalização e combate aos privilégios*
- 4** *Subcomissão aponta aparelhamento do IPE-Saúde*
- 5** *NOVO combate privilégios da elite do funcionalismo*
- 6** *Pensão para ex-governadores, teto de gastos e auxílio-mudança*
- 7** *Bancada cobra soluções o alto preço da CNH*
- 8** *Deputados trabalham para solucionar atrasos nas filas de CNH*
- 9** *Assembleia aprova projeto que simplifica o pagamento de ICMS no RS*
- 10** *Deputados protocolam projeto que autoriza a retomada de bebidas em estádios no RS*
- 11** *Atuação da Bancada do NOVO na mídia*



LIBERDADE, FISCALIZAÇÃO E

COMBATE AOS PRIVILÉGIOS


A Bancada do NOVO, composta pelos deputados Giuseppe Riesgo e Fábio Ostermann, trabalhou em diversas pautas em 2021 e 2022 para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Na Assembleia Legislativa, os parlamentares sempre buscaram atuar em três eixos principais: liberdade, fiscalização e combate aos privilégios.

No ano de 2021, o deputado Fábio Ostermann foi presidente da Frente Parlamentar de Combate aos Privilégios. O colegiado de deputados de diversas bancadas na Assembleia liderou diversas ações políticas e jurídicas com repercussão estadual. Entre os privilégios da elite do funcionalismo público estão: os honorários de sucumbência para procuradores do Estado; o auxílio-saúde para membros e servidores do Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública; a pensão para ex-governadores; o auxílio-mudança para magistrados; entre outros.

Os parlamentares do NOVO também conduziram diversas ações de fiscalização e cobrança do poder público. Fábio Ostermann, por exemplo, denunciou que o Rio Grande do Sul tem a Carteira Nacional de Habilitação mais cara do Brasil; enquanto Giuseppe Riesgo cobrou soluções sobre as enormes filas de exames para a obtenção da CNH.

Na área da desburocratização, o plenário da Assembleia aprovou, em abril, o projeto de autoria do deputado Riesgo que simplifica o pagamento de ICMS no RS. A medida vai beneficiar mais de 200 mil empresas gaúchas.

A Bancada do NOVO ainda atuou na defesa da liberdade várias pautas, como a regulamentação com responsabilidade do consumo de bebidas nos estádios; e a autorização aplicativos para transporte coletivo no RS.



Relatório de Subcomissão aponta o aparelhamento do IPE Saúde

Na conclusão dos trabalhos da Subcomissão do IPE-Saúde, que será entregue nos próximos dias, o deputado Giuseppe Riesgo (NOVO) aponta o aparelhamento do órgão, a ausência de auditorias e a desestruturação nas despesas como os principais fatores para o cenário delicado que enfrenta a autarquia. Recentemente, ao abrir seus números, foi revelado um quadro ainda mais crítico nas finanças do IPE Saúde: uma dívida de cerca de R\$ 1 bilhão com 323 hospitais e em vias de encerrar os serviços por tempo indeterminado até cumprir seus débitos.

Além do relator Giuseppe Riesgo, o grupo de trabalho foi composto pelos deputados Pepe Vargas (PT) e Dr Thiago Duarte (DEM) e, em um período de 120 dias, dedicou-se a reunir dados, ouvir entidades médicas conveniadas e membros do próprio IPE Saúde para averiguar a situação financeira do órgão. Após essa apuração, Riesgo defende que a politização da autarquia dificulta a especialização da gestão.

Conforme o parlamentar, como constatou o relatório, a presidência e cargos estratégicos na direção vem sendo sistematicamente preenchidos por escolhas políticas, sem se preocupar, necessariamente, com a capacidade técnica. “O IPE Saúde,

historicamente, apresenta problemas graves em sua gestão e que são aprofundados por decisões políticas. É justo que a população gaúcha continue subsidiando uma autarquia estruturalmente deficitária?”, questiona Riesgo.

O documento menciona, ainda, a desestruturação nas despesas com a realização de novos credenciamentos de clínicas, entidades médicas e profissionais de saúde com critérios demasiadamente flexíveis, o que acarretou em um aumento de 345 conveniados em 2020. O parlamentar lembra que, em 2021, o órgão precisou restringir as novas adesões devido ao quadro fiscal deficitário e a baixa capacidade de auditoria (apenas 5% dos procedimentos são auditados).

O IPE Saúde confirmou que possui uma dívida de cerca de R\$ 1 bilhão, com um déficit estrutural de R\$ 353 milhões no ano de 2020. Atualmente, o órgão conta com quase um milhão de beneficiários, no entanto somente 610 mil contribuem para a receita.

Com o aumento desenfreado de despesas e falta de repasses estaduais (mais de R\$ 230 milhões), o IPE Saúde não tem conseguido honrar seus débitos e registra atrasos de até 150 dias nos pagamentos a conveniados.

Atuação do NOVO contra privilégios da elite do funcionalismo público é destaque



Em 2021, a Bancada do Partido NOVO na Assembleia Legislativa teve atuação destacada no combate aos privilégios da elite do funcionalismo público gaúcho. O deputado Fábio Ostermann foi presidente de uma Frente Parlamentar sobre o tema, que liderou diversas ações políticas e jurídicas com repercussão. Confira abaixo os principais destaques:

➤ HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA

Em setembro, a Assembleia Legislativa voltou a barrar o pagamento de honorários de sucumbência para procuradores do Estado. Durante a sessão, os deputados derrubaram o veto do governador à emenda que proíbe a distribuição do benefício.

O texto havia sido aprovado por maioria pelo plenário em julho e, posteriormente, foi vetado pelo Executivo. Além dos deputados do NOVO, Giuseppe Riesgo e Fábio Ostermann, a emenda também foi assinada pelos parlamentares Sérgio Turra e Marcus Vinicius Almeida (PP), Any Ortiz (Cidadania) e Elton Weber (PSB). Os honorários de sucumbência são pagos aos

procuradores pela parte vencida nos processos ganhos pelo Estado. No entanto, após a deliberação da Assembleia sobre o tema, uma decisão liminar autorizou o pagamento ilegal para procuradores do Estado. A Bancada do NOVO lamentou profundamente a interferência do Poder Judiciário no Legislativo gaúcho e reforçou a legitimidade da emenda, aprovada por ampla maioria, que impediu a distribuição dos valores milionários para membros da PGE.

➤ AUXÍLIO-SAÚDE

O pagamento de auxílio-saúde para integrantes do Tribunal de Justiça, do Ministério Público (MP) e da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul também foram foco da atuação da Bancada do NOVO. Em novembro, o plenário da Assembleia derrubou o privilégio, com a aprovação de projetos de decreto legislativo (PDLs) foram aprovados por unanimidade. O presidente da Frente Parlamentar de Combate aos Privilégios, deputado Fábio Ostermann, liderou a articulação que garantiu o resultado. De acordo com o parlamentar, o benefício representaria um incremento de salário para servidores e membros desses poderes e órgãos.



PENSÕES PARA EX-GOVERNADORES

Onze deputados estaduais ingressam em setembro com ação contra o Governo do Estado para barrar o pagamento de aposentadoria vitalícia aos nove ex-governadores e quatro viúvas que recebem pensão especial no Rio Grande do Sul. Na peça, os parlamentares buscam o reconhecimento da ilegalidade dos pagamentos e a suspensão imediata das pensões.

O movimento para o ingresso da ação na Assembleia Legislativa foi liderado pelo presidente da Frente Parlamentar de Combate aos Privilégios, deputado Fábio Ostermann (NOVO). Segundo ele, o Governo do Estado, ao continuar pagando as pensões para os ex-governadores e viúvas, descumpre a Constituição e deslegitima a Assembleia Legislativa, que recentemente revogou a lei que autorizava o pagamento do benefício.

“A Frente Parlamentar não se calou com a continuidade deste pagamento ilegal e imoral. Por isso, ingressamos com a ação popular para cessar este privilégio que já foi reconhecido inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em diversos estados, como Maranhão, Mato Grosso, Paraíba, Bahia, Sergipe e Paraná”, aponta.



TETO DE GASTOS

A Assembleia Legislativa aprovou, nesta terça-feira (30/11), o projeto que estabelece o Teto de Gastos do Estado. De autoria do governo gaúcho, o Projeto de Lei Complementar (PLC) 378/2021 trata de mais uma importante reforma para equalizar as contas públicas do RS. A proposta estabelece por 10 anos um freio no crescimento das despesas do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas, Ministério Público e Defensoria Pública.

O deputado Fábio Ostermann celebrou a aprovação da proposta e classificou como um respiro para o

orçamento. Conforme o parlamentar, o debate sobre a implementação de um Teto de Gastos no RS já vem sendo pautado pela Frente Parlamentar de Combate aos Privilégios, que apresentou projeto semelhante em 2020.

“É importante frisar que o Teto de Gastos não retira recursos de áreas essenciais como a educação e a saúde. O projeto estabelece um fator de correção para o aumento de despesas públicas, que vinham crescendo de maneira desordenada no nosso Estado. Este é um dos grandes motivos por estarmos ainda nessa situação bastante complicada, apesar das reformas consolidadas no Rio Grande do Sul”, explica Ostermann.



AUXÍLIO-MUDANÇA

O projeto de lei que cria uma extensão ao auxílio-mudança para juízes no Rio Grande do Sul foi alvo de críticas do deputado estadual Fábio Ostermann. Conforme a proposta, o magistrado que pedir, por conta própria, para mudar de comarca, também receberá o benefício, que pode chegar a R\$ 65 mil. Atualmente, apenas magistrados que trocam de cidade compulsoriamente (por decisão do Tribunal) recebem o benefício.

Presidente da Frente de Combate aos Privilégios, o deputado Fábio Ostermann apontou que a medida vai na contramão da situação fiscal do Estado e das reformas promovidas para conter os gastos públicos e o equilíbrio das contas. De acordo com o Projeto de Lei 442/2021, magistrados que tiverem até três dependentes receberão de auxílio o mesmo valor do seu salário, enquanto juízes e desembargadores com mais de três dependentes ganharão até duas vezes o seu salário como auxílio.

Ostermann propõe medidas para reduzir preço da CNH no RS

Após realizar levantamento que identificou a CNH do RS como a mais cara do Brasil, o deputado Fábio Ostermann (NOVO) apresentou ao Governo do Estado uma série de medidas para contribuir na redução dos custos para os motoristas gaúchos. Conforme o deputado, o fim do tabelamento de preços e a abertura do mercado de Centros de Formação de Condutores (CFCs) depende apenas de uma decisão do governador Eduardo Leite.

“Tivemos a oportunidade de levar ao conhecimento os regramentos inconstitucionais que têm sido aplicados pelo Detran/RS e a necessidade de revisarmos as práticas que desestimulam a concorrência e impactam no preço e na qualidade dos serviços”, defende Ostermann

Atualmente, o processo para o credenciamento de novos CFCs depende da publicação de editais pelo Detran. Ostermann entende que a imposição de restrições por parte do órgão estadual de trânsito é ilegal, desestimula a concorrência, e incentiva o tabelamento de preços da hora/aula no curso obrigatório.

“Cada vez mais fica clara a necessidade de revisarmos as práticas que desestimulam a concorrência e impactam no preço e na qualidade dos serviços. ”

Para o deputado, a limitação de novos CFCs impacta no custo final da habilitação, considerada a mais cara do Brasil. Na categoria B de carros de passeio, o valor final pode chegar até R\$ 2, 7 mil – enquanto a média nacional é de R\$ 1,5 mil. O deputado menciona, além disso, que a instalação de novos CFCs pode ajudar a solucionar os atrasos nas filas.



Riesgo cobra agilidade nas filas de CNH

Em diversas reuniões com representantes do governo do RS e do Ministério Público, deputado Giuseppe Riego vem cobrando agilidade nas filas para obtenção da Carteira Nacional de Habitação no RS. O parlamentar exigiu uma maior celeridade na resolução do problema e até mesmo a responsabilização de quem, eventualmente, esteja contribuindo para o prolongamento das filas sem realizar a efetiva prestação do serviço.

“Estamos acompanhando a violação dos direitos e das expectativas de todos aqueles

que precisam, inclusive para trabalhar e exercer uma profissão, da habilitação para conduzir. Após meses, o problema não foi sequer atenuado e precisamos buscar uma resposta efetiva à população”, aponta.

Giuseppe Riego também realizou uma audiência pública para onde representantes de entidades manifestaram diversos posicionamentos sobre o tema. “A demora para a aplicação das provas prejudica o desenvolvimento econômico do Estado e o cidadão que se preparou para a realização do exame”, pontua o deputado.



DESBUROCRATIZAÇÃO

Assembleia aprova projeto que simplifica o pagamento de ICMS no RS

Mais de 200 mil empresas gaúchas podem se beneficiar na hora de quitar seus débitos tributários a partir de agora. A Assembleia Legislativa aprovou, nesta terça-feira (05/04), o PL 281/2020 que propõe a desburocratização tributária do ICMS. De autoria do deputado Giuseppe Riesgo (Novo), o projeto torna permanente as atuais regras do Regime Optativo da Substituição Tributária (ROT-ST), antes previstas por decreto. Com 51 votos, a proposta foi aprovada por unanimidade.

Líder do Novo na Assembleia, Giuseppe Riesgo, celebrou a aprovação e defendeu que a proposta irá garantir uma maior segurança jurídica para as empresas, tendo em vista que permite aprimorar a previsibilidade na legislação gaúcha e evita a fuga de novos investidores.

Com a aprovação do PL 281/2020, na legislação, o projeto permite que empresas inseridas no regime de Substituição Tributária do ICMS optem se querem ou não a obrigatoriedade de complementação do imposto.

“Agora, independente da linha de atuação do governo estadual, está assegurado o direito do contribuinte em optar pelo ROT-ST, ficando tal opção prevista na Lei do ICMS. Essa medida, como exemplo para o país, representa um importante avanço no Rio Grande do Sul.”

Ao todo, 16 entidades manifestaram apoio ao PL 281/2020, como a Federasul, Fecomércio, Associação Gaúcha do Varejo, Sulpetro, Cacism, entre outras.



Deputados protocolam projeto que autoriza a retomada de bebidas em estádios no RS

Deputados de diversas bancadas protocolaram projeto de lei que autoriza a venda e consumo de bebidas em estádios no Rio Grande do Sul. Após um extenso debate com órgãos públicos, entidades representativas e de segurança, a proposta foi liderada pelo deputado Giuseppe Riesgo (NOVO).

Conforme Riesgo, o projeto foi construído a partir de um longo diálogo com os setores envolvidos e encontra amparo jurídico para a retomada após 12 anos de proibição no Estado. “Nossa proposta sustenta princípios sólidos para uma regulamentação responsável. Iniciamos este debate em 2019 e desde então consolidamos um projeto que oferece uma solução séria, e devolve o poder de escolha para o consumidor e para os clubes com segurança”, menciona.

Entre o grupo de parlamentares que assinaram a proposta, além do proponente Giuseppe Riesgo, estão o deputado Fábio Ostermann (NOVO), Sérgio Turra (PP), Marcus Vinícius (PP), Gaúcho da Geral (PSD), e Gerson Burmann (PDT).

Como medida de segurança, o projeto prevê a comercialização e o consumo exclusivamente de bebidas cuja graduação alcoólica não exceda a 14%. Bem como, nas partidas com expectativa de público superior a 20 mil pessoas, a comercialização e o consumo de bebidas alcoólicas somente será permitida se o local do evento contar com uma central de monitoramento por imagens.

Quanto a fiscalização do cumprimento das regras, ficará ao encargo das entidades responsáveis pelo evento, sendo passíveis de penalidades como advertência escrita, multa, e, em casos mais graves, a suspensão do direito de comercializar bebidas alcoólicas.

Cenário em outros estados

Atualmente, 13 estados brasileiros já têm leis que regulamentam o comércio de bebidas em estádios. São eles: Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Alagoas, Amapá, Ceará, Espírito Santo, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Mato Grosso.

Atuação da Bancada do NOVO na mídia

Editora: Mauren Xavier
 Editora assistente: Dulci Emerim

POLÍTICA

Partido volta a questionar honorários a procuradores

Bancado do Novo na Assembleia fará nova tentativa de judicializar pagamento de honorários de sucumbência a integrantes da PGE

O Novo fará uma nova tentativa jurídica de barrar o pagamento de honorários de sucumbência aos procuradores do Estado no Rio Grande do Sul. O partido ingressa nesta segunda-feira com uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) no Tribunal de Justiça (TRRS), com pedido cautelar para suspender os efeitos da Resolução 151/2019, da Procuradoria Geral do Estado (PGE), que autorizou os pagamentos. Endereçada ao presidente do TRRS, desembargador Voltaire de Lima Moraes, ela será julgada pelo pleno da Corte. O Novo também pleiteia na ação a inconstitucionalidade da expressão "prêmio de produtividade", utilizada como amparo legal para a distribuição dos valores



Risgo: necessidade de lei específica

no decorrer dos debates, decisões que tomam por leis estaduais 10.291/12-222-04, o decreto 54.000 do Código de Processo Civil (CPC), e já obtiveram ganhos favoráveis no Tribunal Federal (STF). Além do caso do Rio Grande do Sul, discussões sobre pagamentos em diferentes estados também acabaram no STF. Em solo gaúcho os debates estendem há mais de dois anos. Em 2019, a Assembleia aprovou um projeto de lei legislativo suspendendo pagamentos, mas a decisão derrubada judicialmente. Posteriormente, uma ação popular também pleiteou a suspensão, o que teve liminar. Mas, apesar de a ação estar tramitando, a liminar

go 116 da Constituição Estadual, que veda, aos procuradores "receber, no qualquer título, e sob

JOCIMAR FARINA Uber dos ônibus: deputado apresenta projeto para regulamentar atividade no RS

Com apenas um clique num tablet, o deputado estadual Giuseppe Riesgo (Novo) deu início ao processo para extinguir mais de mil leis no Rio Grande do Sul. Durante o protocolo do pacote que vai passar um "pente-fino" no emaranhado de normas gaúchas, o parlamentar dispensou o papel e a caneta para formalizar o ato. É disso que precisamos. Leis temos de sobra.

Partido NOVO realiza mobilização contra Fundação Eleitoral



divulgação

KELLY MATOS Depois da volta do público, deputados gaúchos querem liberar bebida nos estádios de futebol



UM PRIVILÉGIO INJUSTIFICÁVEL

FÁBIO OSTERMANN

Deputado estadual (Novo) e presidente da Frente Parlamentar de Combate aos Privilegios
 fabio.ostermann@ajrs.gov.br



O RS teve em 2020 o seu pior crescimento econômico da história recente. Alheios ao fechamento de empresas, ao desemprego e à queda na renda da maioria dos gaúchos, no início deste ano a elite do funcionalismo, que não perdeu um centavo de sua remuneração em meio à pandemia, encontrou espaço para expandir ainda mais seus privilégios. Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria anunciaram um "auxílio-saúde" às custas do dinheiro do pagador de impostos. A partir desse novo auxílio, estes que já estão entre as carreiras mais bem pagas do serviço público gaúcho poderão receber até R\$ 3,5 mil a mais por mês a título de reembolso com gastos de saúde. Na prática, trata-se de um aumento salarial disfarçado que, se pago no valor máximo a todos os servidores que terão direito, custará aos cofres públicos do RS mais de

RS 500 milhões por ano. Na prática, a instituição desse benefício é uma maneira de tentar burlar as vedações legais à autoconcessão de aumentos durante o período da pandemia. E, de quebra, ainda se trata de

Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria anunciaram um "auxílio-saúde" às custas do dinheiro do pagador de impostos

uma remuneração não tributável, pois verbas indenizatórias não estão sujeitas à cobrança de Imposto de Renda! Tal fato causou profunda indignação na sociedade gaúcha,

felizmente cada vez mais atenta à injustiça de situações como essa. Levei o tema à Frente Parlamentar de Combate aos Privilegios. O projeto de lei que trata das despesas discricionárias do Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria já está em tramitação no Parlamento com assinaturas de deputados gaúchos. Conforme Ostermann, um dos grandes desafios da democracia moderna é permitir que os cidadãos tenham voz efetiva no debate sobre assuntos de interesse público. É hora da Assembleia se atualizar e reconhecer esse processo por meio da iniciativa popular digital que dará voz para os gaúchos



Começo de Conversa Fernando Albrecht

fernando.albrecht@riomaldocomercio.com.br



Sem caneta, nem papel

Com apenas um clique num tablet, o deputado estadual Giuseppe Riesgo (Novo) deu início ao processo para extinguir mais de mil leis no Rio Grande do Sul. Durante o protocolo do pacote que vai passar um "pente-fino" no emaranhado de normas gaúchas, o parlamentar dispensou o papel e a caneta para formalizar o ato. É disso que precisamos. Leis temos de sobra.

Com participação popular, Novo quer modernizar o Parlamento

– afirmou o parlamentar.

COMO É

Atualmente, a coleta de assinaturas é feita de forma manual e necessita ser efetuada em diversos municípios gaúchos, o que torna mais burocrático e custoso o processo.

Se aprovada a proposta do deputado Fábio Ostermann, o processo de coleta de apoios poderá ser feito através de sites públicos ou privados que dispõem de tecnologia adequada.

O mínimo de assinaturas continua sendo o mesmo



JOEL VARGAS/AL-RS

que a Constituição estadual prevê atualmente: 1% dos votantes na última eleição geral no Rio Grande do Sul. Se algum projeto de iniciativa popular fosse apresentado hoje na Assembleia, seriam necessários cerca de 68 mil apoios. Nunca um texto de iniciativa popular tramitou no Parlamento gaúcho. Outros estados brasileiros já modernizaram a sistemática da participação popular, como o Rio Grande do Norte e o Distrito Federal, que adotaram as assinaturas eletrônicas para o protocolo de textos legislativos de origem da população. Desde que a Constituição de 88 assegurou aos eleitores o direito de apresentar projetos de lei de iniciativa popular, a proposta aprovada pelo Congresso Nacional mais conhecida é a Lei da Ficha Limpa.



Giuseppe Riesgo e Fábio Ostermann

***Deputados Estaduais pelo Partido NOVO na
Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul***

NOSSA EQUIPE

Fábio Ostermann • Giuseppe Riesgo • Frederico Cosentino • Bruno Lanzer • Pedro
Moreira • Juarez Sant Anna • Mélani Ruppenthal • Maurício Tomedi • Arthur
Rodrigues • Talles Kunzler • Yuri Lucena • Murilo Alves • Djonathan Chiarel • Hans
Fassbinder • Augusto Scherer • Adelar Martins • Felipe Rosa • Henrique Flores